

Veredas atemática

Volume 17 nº 2 - 2013

**A frequência e o delineamento da gramática:
a afixação do clítico *te* no português brasileiro**

Célia Regina dos Santos Lopes (UFRJ)
Camila Duarte de Souza (UFRJ)
Thiago Laurentino de Oliveira (UFRJ)

RESUMO: Este trabalho discute de que maneira a alta produtividade do clítico *te* no português brasileiro (PB) pode ser interpretada como um caso de gramaticalização. Para tanto, parte-se de dados sincrônicos e diacrônicos do PB acerca dos usos dos pronomes de segunda pessoa do singular nas funções acusativa e dativa e recorre-se aos pressupostos teóricos da gramaticalização. A hipótese é de que a alta frequência do *te* favoreceu a uma automação da estrutura como marca de 2ª pessoa do singular. Defende-se que essa automação, por um lado, estaria deslocando a forma *te*, em um *continuum* de gramaticalização, da categoria dos clíticos para a dos afixos e, por outro lado, poderia levar a sua opacidade semântica, gerando as construções com redobro.

Palavras-chave: gramaticalização; clítico *te*; complementos acusativo e dativo.

Introdução

O objetivo deste trabalho é discutir de que maneira a alta produtividade de uso do clítico *te* no português brasileiro (doravante, PB) – seja como acusativo, em (1), seja como dativo, em (2) – pode ser interpretada como um caso de gramaticalização:

- (1) Eu *te* encontrei.
- (2) Eu *te* dei um beijo.

Para fundamentar tal discussão, serão analisados os usos pronominais de segunda pessoa do singular nas posições de complemento verbal acusativo e dativo, a partir de dados sincrônicos e diacrônicos do PB. Resultados diversos têm demonstrado que o clítico *te*, forma átona relacionada ao antigo paradigma do pronome *tu*, é mais produtivo nas posições de complemento referidas mesmo quando se emprega *você* na posição de sujeito. A alta produtividade do clítico pode ter sido facilitada pela falta de estigma ou estranhamento ao falante do PB diante de construções como (3):

- (3) “Eu *te* disse para cair fora, mas *você* não me escutou.”¹

Outro uso, marcado socialmente, que vem se tornando produtivo no PB é a duplicação do complemento de 2ª pessoa em construções como (4):

- (4) Eu *te* falei *para você*.

A partir dessas constatações, discutiremos o estatuto gramatical do clítico *te* nas construções cujo sujeito é o pronome *você* ou *tu*. Para tanto, recorreremos aos pressupostos teóricos da gramaticalização associando a versão mais clássica, que prevê a mudança do clítico para afixo, às discussões sobre a importância da frequência de uso das formas/construções nos processos de gramaticalização (cf. LEHMANN, 1985; BYBEE, 2001/2003; COMPANY, 2008b, 2010b). Nossa hipótese é a de que a alta frequência de uso do referido clítico frente a outras formas utilizadas para a posição de complemento pronominal favoreceu a uma automação da estrutura/construção como marca de segunda pessoa do singular. Tomamos como evidências dessa automação: i) a fixação do clítico em posição proclítica no PB, ii) a ocorrência, em dados atuais, de uma estrutura de redobro, como exemplificado em (4), iii) a alta produtividade da construção com o clítico em detrimento de outras formas variantes (*você*, *lhe* etc). Defendemos que a automação da estrutura, por um lado, estaria deslocando a forma *te*, em um *continuum* de gramaticalização, da categoria dos clíticos para a categoria dos afixos, fato esse já observado em outras línguas e, por outro lado, poderia levar à sua opacidade semântica, gerando as construções com redobro.

Nosso artigo encontra-se organizado da seguinte maneira: além desta introdução, apresentamos, na seção 1, um breve panorama das ditas “formas pronominais átonas” do latim ao português, destacando especificamente a segunda pessoa e comentando em que medida a inserção de *você* no PB altera o quadro dos pronomes pessoais; na seção 2, faremos uma revisão da literatura linguística sobre gramaticalização e frequência de uso, mencionando alguns estudos sobre gramaticalização de pronomes em outras línguas; na sequência, em 3, analisamos dados sincrônicos e diacrônicos acerca do clítico *te* no PB; por fim, encerramos com a discussão dos resultados apresentados a partir dos preceitos teóricos levantados, pontuando algumas evidências que justificam a análise do clítico a partir da gramaticalização.

¹ Extraído de ILARI, R. & BASSO, R. *O português da gente: a língua que estudamos a língua que falamos*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011, p.115

1. O fenômeno em análise

1.1. A trajetória do clítico *te*: do latim ao português

Embora não haja uma posição unânime nas descrições sobre a formação do quadro pronominal do português a partir do latim, os pronomes que funcionavam como complemento (acusativo e dativo) sempre foram morfologicamente presentes neste último, ao contrário do que ocorria com os pronomes-sujeito, marcados preferencialmente pela desinência verbal. Como aponta a descrição das gramáticas históricas, a gramaticalização de novas formas pronominais alterou, na língua portuguesa, esse quadro em relação ao sujeito.

No que se refere à descrição do quadro pronominal, Faria (1958), em sua *Gramática Superior da Língua Latina*, afirma que, em latim,

Os pronomes pessoais dividem-se pelas três pessoas gramaticais, sendo em número de cinco: um pronome para a primeira pessoa do singular *ego* “eu”; um para a segunda do singular *tu* “tu”; um para a primeira do plural *nos* “nós”; um para a segunda do plural *uos* “vós”; e finalmente um pronome reflexivo, comum à terceira pessoa do singular e do plural, *se* “se, si”. Não havia pronome pessoal para a terceira pessoa do singular nem do plural. (FARIA, 1958, p. 131)

Ainda segundo o mesmo autor, tais pronomes eram declináveis, isto é, apresentavam flexões morfológicas que indicavam o caso (nominativo, acusativo, dativo etc) que a forma recebia em determinada frase. O quadro abaixo ilustra a declinação da série de pronomes pessoais do singular de acordo com os casos latinos:

SINGULAR		
	I) 1. ^a pessoa	II) 2. ^a pessoa
Nominativo	<i>Ego</i>	<i>tū</i>
Vocativo		<i>tū</i>
Acusativo	<i>Mē</i>	<i>tē</i>
Genitivo	<i>Meī</i>	<i>tuī</i>
Dativo	<i>Mihī</i>	<i>tibī</i>
Ablativo	<i>Mē</i>	<i>tē</i>

Quadro 01: A declinação dos pronomes pessoais de 1^a e 2^a pessoa no latim (adaptado de FARIA, 1958)

Faria (1958) observa que a série de pronomes retos do português veio diretamente das formas latinas de nominativo; no entanto, as variações pronominais átonas do português (*me*, *te*, *nos*, *se*) são todas oriundas das formas acusativas do latim. Das formas dativas latinas (*mihī*, *tibi*, *sibi*), originaram-se os chamados “pronomes oblíquos tônicos” (*mim*, *ti*, *si*).

Na passagem do latim ao português, observam os gramáticos históricos (COUTINHO, 1972; NUNES, 1975; SAID ALI, 1966) que, comparados aos nomes substantivos e adjetivos, a categoria dos pronomes conserva em grande número a estrutura latina, com suas variações de número, de pessoa e, inclusive, de caso. Entretanto, Camara Jr. (1985, p. 96) nos diz que

essa “afirmação é inexata e confunde sistemas de formas inteiramente diversos”. Diferentemente dos gramáticos históricos, Camara Jr. (1985, p. 96) afirma que o sistema pronominal do português está “muito longe do sistema de casos latinos, em que o caso dependia da função do nome ou do pronome na frase”. Willians (1994, p. 148) também ressalta que o quadro pronominal do português não pode ser visto como uma cópia fiel dos pronomes latinos, “já que algumas formas de acusativo são usadas como dativo e algumas de nominativo e dativo são usadas como objeto de preposições”.

Em relação ao clítico *te*, objeto central de nosso estudo, parece não haver um consenso quanto à sua origem. De um lado, autores como Camara Jr. (1985) e Willians (1994) apontam que as formas idênticas de acusativo e dativo encontradas hoje no português originaram-se do *tē* acusativo latino: “*Me, te, se* (...) são reflexos do acusativo-ablativo *mē, tē, sē*. Mas em português os clíticos adverbiais indicam o objeto direto ou indireto, isto é, equivalem a um acusativo-dativo (...)” (CAMARA JR, 1985, p. 97); “Essas formas eram do acusativo em latim clássico, mas vieram a ser usadas como dativo e acusativo em português” (WILLIANS, 1994, p. 154). De outro lado, encontramos uma explicação diferente, dada por Coutinho (1972) para a homonímia dos clíticos acusativo e dativo de segunda pessoa em português; para o autor, o clítico acusativo veio direto do latim, “*te* (acus.) > *te*”, enquanto o clítico dativo teria se originado da forma genuína latina *tibi*, que teria passado a *ti* no período arcaico: “A forma arcaica átona *ti* deu *te*, o que explica o emprego desta variação pronominal como objeto indireto em português” (COUTINHO, 1972, p. 254). Independentemente da explicação, acreditamos que essa semelhança formal pode ter “neutralizado” a distinção funcional de caso que existia no latim, o que teria “especializado” a forma *te* em uma marca número-pessoal do objeto.

Camara Jr. (1985) afirma, ainda sobre a marcação dos complementos, que

(...) as formas *ego* e *tu*, que eram de nominativo, alternavam, respectivamente, com outras, que eram de genitivo (*mei, tui*), de dativo (*mihi, tibi*) e de acusativo-ablativo (*mē, tē*). No sistema morfológico geral da língua latina, eram essas outras formas as de uso constante e frequente, porque a indicação do falante ou do ouvinte como sujeito (...) vinha dada em desinência na própria forma verbal. (CAMARA JR, 1985, p. 89-90).

Como mostra Camara Jr. (1985), diferentemente dos pronomes-sujeito que não eram preenchidos no latim, os pronomes-complemento sempre foram bastante constantes e produtivos. Essa regularidade e alta frequência de uso dos clíticos de primeira e segunda pessoa para indicar as funções de complemento pode ser um dos fatores que favoreceu, tempos mais tarde, a “manutenção e permanência” da forma *te* no PB, mesmo após a inserção da forma gramaticalizada *você*, sobre a qual comentaremos a seguir.

1.2. A inserção de *você* no quadro pronominal do português brasileiro

O quadro atual dos pronomes pessoais no português e até mesmo em outras línguas românicas é bastante diferente do latino, principalmente no que se refere às formas pronominais que passaram a ocupar a posição de sujeito. Além da gramaticalização do demonstrativo *ille* para o pronome pessoal de 3ª pessoa ocorrida ainda no latim imperial, novas formas advindas de expressões nominais passaram a integrar o sistema em coexistência

com os antigos pronomes. Isso ocorreu tanto na segunda pessoa (singular e plural) como é o caso de *Vossa(s) Mercê(s) > você(s)*, quanto na primeira do plural, com a gramaticalização de *gente* para *a gente* (cf. LOPES, 2003, entre outros). Em todos esses casos, as formas originais eram de base nominal, o que levava à presença de marcas de 3ª pessoa na desinência verbal e no novo paradigma que foi se constituindo.

Quanto ao paradigma pronominal de 2ª pessoa, que nos interessa em particular nesse estudo, podemos identificar três grandes momentos sintetizados no quadro 2. O primeiro momento pode ser caracterizado como uma herança latina (cf. CINTRA, 1972 e FARACO, 1996) e é registrado na documentação remanescente até o século XIX. Nele, mantém-se a forma *tu* no plano da intimidade e a forma *vós*, empregado para somente um interlocutor, como estratégia de cortesia. A partir do século XV, o segundo momento se inicia com a entrada da forma de tratamento polida *Vossa Mercê*, oriunda de um sintagma possessivo. Tal estratégia disputa espaço no plano da cortesia com o pronome de distanciamento *vós*. Por fim, a nova forma de tratamento *Vossa Mercê* passa por um processo de gramaticalização, gerando o pronome *você* (cf. RUMEU, 2004, MACHADO, 2006). Do século XIX em diante, mais no Brasil do que em Portugal, a forma *você* passa a disputar espaço no plano da intimidade, concorrendo com o pronome *tu* (cf. RUMEU, 2004, 2008; MACHADO, 2006, 2011; BARCIA, 2006). No plano da cortesia, as estratégias *o senhor/a senhora* passam a ocupar o espaço deixado por *você* no sistema.

	XIII - XV	XV - XVIII / XIX	XIX - XXI
Menos formal (T)	Tu	Tu	Tu / Você
Mais formal (V)	Vós	Vós / Vossa Mercê (> Você)	O senhor / A senhora

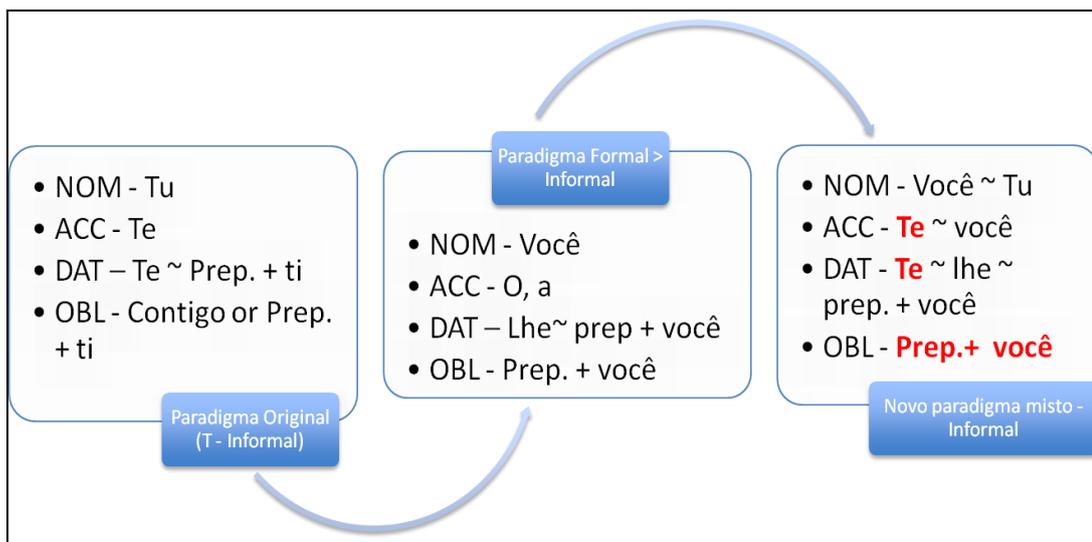
Quadro 02: Sistema de tratamento de 2ª pessoa formal (V) e informal (T) na posição de sujeito: três etapas evolutivas

Além da inserção de *você* na posição de sujeito, ainda é preciso considerar as consequências dessa mudança para todo o restante do paradigma pronominal, em particular, a função de complemento acusativo, dativo e oblíquo. Até o século XVII, havia um paradigma simétrico e uniforme, tanto para o sistema de tratamento menos formal (T) quanto para o mais formal (V):

	Pronomes de segunda pessoa: séculos XVI-XVII	
	Menos formal (T)	Mais formal (V)
NOMINATIVO	Tu	Vossa Mercê (> você)
ACUSATIVO	te	o, a
DATIVO	te / a ti / para ti	lhe / a V.M. / para V.M.
OBLÍQUO	contigo / prep. + ti	com V.M. / prep. + V.M.
GENITIVO	Teu	seu/ de você/V.M.

Quadro 03: Sistema de tratamento de 2ª pessoa formal (V) e informal (T) nas diversas funções: etapas evolutivas

Tal comportamento, contudo, começa a se alterar nos séculos XVIII-XIX com a criação de um novo paradigma informal (T) ilustrado no quadro 4 a seguir. Nele notamos que a coexistência de dois subsistemas – *V.M.* > *você* e *tu* – levou à fusão de ambos, resultando na emergência de um paradigma supletivo. Nesse novo paradigma supletivo ou misto temos, por exemplo, *você* na posição de sujeito ao lado do clítico *te* (acusativo ou dativo), que pertencia ao antigo paradigma pronominal. Tal mudança no sistema de pronomes causou, no Brasil, a coexistência de diferentes subsistemas de tratamento pronominal com importantes variações geográficas, sociolinguísticas e pragmáticas (*tu* e/ou *você*).



Quadro 04: Formação de um novo paradigma de 2ª pessoa

Essas alterações verificadas no quadro de pronomes do PB já se constituíram em um notável objeto de pesquisa e análise linguística em diferentes perspectivas.

Trabalhos feitos com base em cartas ou peças dos séculos XIX e XX têm demonstrado que o aumento progressivo de *você* na posição de sujeito não foi acompanhado pelo mesmo comportamento nas demais posições sintáticas. Desde o trabalho de Duarte (1995), temos indícios de que o pronome *você* começa a suplantando o emprego de *tu* na posição de sujeito a partir dos anos 20-30 do século passado. A oposição básica estabelecida no início desse processo era uma variação predominante entre *tu*-nulo e *você*-pleno na posição de sujeito. Tais resultados foram ratificados por Machado (2011) e por Souza (2012). O primeiro estudo foi feito com base em peças teatrais e o segundo, com cartas pessoais. Os gráficos abaixo ilustram o uso do *você*-sujeito na diacronia traçada pelas autoras:



Os dois trabalhos feitos a partir de *corpora* distintos ratificam a análise de Duarte (1995) com uma sutil diferença. Nas peças, a entrada de *você* ocorre de maneira mais abrupta a partir da peça de 1918. Nas cartas, percebemos um forte período de variação entre *tu* e *você* no primeiro quartel do século XX.

Os outros contextos sintáticos, contudo, não seguiram a mesma evolução. Formas do paradigma de *tu*, como é o caso do clítico *te* (acusativo ou dativo), mantiveram-se produtivas mesmo com o aumento progressivo de *você* como sujeito. A tabela extraída de Machado (2011) mostra que os índices de *te* como complemento sempre se mantiveram altos ao longo do tempo controlado em seu *corpus* de peças brasileiras de 1870 a 2003:

FT	TE		TI		O/A		LHE		SE/SI		VOCÊ		PREP.+ VOCÊ		VOS		TT
1846	39/64	61%	4/64	6%	3/64	5%	8/64	12%	5/64	8%	-	-	-	-	5/64	8%	64
1857	107/224	48%	12/224	5%	19/224	8%	65/224	29%	20/224	9%	1/224	0%	-	-	-	-	224
1870	7/23	30%	-	-	3/23	13%	13/23	57%	-	-	-	-	-	-	-	-	23
1870*	19/37	51%	-	-	3/37	8%	9/37	24%	4/37	11%	2/37	5%	-	-	-	-	37
1896	8/51	16%	3/51	6%	14/51	27%	18/51	35%	8/51	16%	-	-	-	-	-	-	51
1908	52/90	58%	9/90	10%	7/90	8%	16/90	18%	5/90	6%	-	-	1/90	1%	-	-	90
1918	23/153	15%	4/153	3%	29/153	19%	59/153	39%	20/153	13%	2/153	1%	12/153	8%	4/153	3%	153
1937	-	-	-	-	18/89	20%	42/89	47%	19/89	22%	-	-	10/89	11%	-	-	89
1952	4/31	13%	-	-	2/31	6%	7/31	23%	3/31	10%	7/31	23%	8/31	26%	-	-	31
1962	25/79	32%	-	-	3/79	4%	14/79	18%	2/79	3%	-	-	35/79	44%	-	-	79
1972	3/43	7%	-	-	12/43	28%	9/43	21%	12/43	28%	3/43	7%	3/43	7%	1/43	2%	43
1980	9/65	14%	-	-	10/65	15%	16/65	25%	9/65	14%	-	-	21/65	32%	-	-	65
1995	10/62	16%	-	-	2/62	3%	15/62	24%	6/62	10%	-	-	29/62	47%	-	-	62
2003	22/41	54%	2/41	5%	2/41	5%	6/41	15%	2/41	5%	6/41	15%	1/41	2%	-	-	41
TT	328	31%	34	3%	127	12%	297	28%	115	11%	21	2%	120	11%	10	1%	1052

Tabela 01: A distribuição das formas pronominais exercendo a função de complemento verbal.

Fonte: Machado (2011, p. 152)

Machado (2011), comentando seus resultados, afirma o seguinte: “salta aos olhos, entretanto, que, mesmo os índices da forma *tu* exercendo função de sujeito apresentando um drástico declínio a partir da obra de 1918 (...) observa-se a conservação de um uso expressivo do pronome oblíquo *te*” (MACHADO, 2011, p. 152).

Na verdade, os estudos linguísticos com base em documentação diacrônica demonstraram que a “uniformidade de tratamento” apontada no quadro 3 não corresponde à realidade linguística do português desde, pelo menos, o século XVIII. Para citar apenas um exemplo ilustrativo, resgatamos os dados levantados por Marcotulio (2010, p. 119) nas cartas escritas pelo 2º Marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil nos idos de 1769-76. Em (5) e (6), temos presente a combinação de *você* com formas do paradigma de *tu*: *você*, *tens* e *te* sublinhados em (5) e *tu* *deves*, *te*, *satisfizeres*, *você* em (6):

(5) “Agora parece me, que basta Senhor Antonio ese-Voce quer mais Conversa, ouvenha para cá, ou espere, que eu possa estar na sua Companhia. Novamente repito os meus agradecimentos, por todoz osbeneficioz, que tens feito, aos que tetem presenteado Carta minha.” (*Carta do Marquês do Lavradio destinada a Dom Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais, em 12/05/1776*)

(6) “Eu continuõ anão te poder escrever mais largamente; pórem como tu medeves resposta dehuã grande Carta que te escrevi, quando Satisfizeres esta divida: eu mefarei novamente devedor. Fique você embora com ósseo Sigarro emquanto eu cá vou uzando da minha agoá fria” (*Carta do Marquês do Lavradio destinada a Dom Antonio de Noronha, governador de Minas Gerais, em 26/11/1775*)

Em síntese, observamos que a entrada de *você* no leque de pronomes de segunda pessoa se deu na posição sintática de sujeito. Nas outras posições da sentença, contudo, *você* não imprimiu o mesmo ritmo de implementação, principalmente como complemento verbal. Nesse contexto, o clítico *te* sempre foi bem produtivo combinando-se com o pronome sujeito *você*, desde o século XVIII, pelo menos, quando aparecia nas cartas escritas pelo vice-rei de Portugal no Brasil. Outros resultados que confirmam essa hipótese serão apresentados na seção 3.

2. Pressupostos teóricos: gramaticalização e frequência de uso

No âmbito dos estudos funcionalistas, a gramaticalização tem recebido grande destaque nas últimas décadas. Muitos estudiosos encontraram, na teoria da gramaticalização, a explicação de diferentes fenômenos linguísticos registrados em várias línguas. A teoria também tem recebido muitas definições, embora, na verdade, todas elas se complementem. A definição clássica sobre gramaticalização pressupõe, segundo Hopper (1991), Heine (1991, 2003), Lehmann (1985) entre outros, um processo em que formas ou itens lexicais assumem um estatuto mais gramatical ou que formas ditas menos gramaticais podem se tornar ainda mais gramaticais. Tal ideia prevê a perda de propriedades semântico-referenciais, morfossintáticas e fonéticas. Para Heine (2003), a descrição do processo de gramaticalização está calcada numa tentativa de explicar o modo como categorias gramaticais emergem e se desenvolvem através do tempo. Tal emergência de categorias gramaticais requer um contexto específico de uso em determinadas construções. A regularização do uso da língua ocorreria, assim, a partir da criação de expressões novas e de rearranjos vocabulares feitos pelo falante para atender a seus propósitos comunicativos. Com a repetição de uma construção ou forma, algo que é casuístico se fixa, tornando-se normal e regular, ou seja, se gramaticaliza. O processo de gramaticalização pode atuar na mudança de categorias sintáticas (=recategorização), na adoção de propriedades mais funcionais na sentença, ou ainda na perda do estatuto de forma livre. Quanto mais uma expressão linguística passa a ser empregada em diferentes contextos de uso, mais ela tende a perder sua especificidade semântica, sofrendo generalização semântica e até perda de substância fonética (HEINE, 2003).

Para dar conta do objeto de estudo proposto neste estudo, estamos levando em conta, particularmente, o fato de que uma construção já gramatical pode adquirir uma função ainda mais gramatical em determinados contextos. Sendo um clítico pronominal – portanto, uma

entidade já gramatical por excelência –, a forma *te* estaria se morfologizando (HOPPER, 1991) ainda mais a partir do momento em que adquire, segundo a nossa hipótese, o *status* funcional de um afixo, ou seja, tornando-se ainda mais gramatical (cf. HEINE, 1991, 2003). Sustentamos teoricamente esta posição recorrendo à frequência de uso (BYBEE, 2001, 2003) e aludindo a estudos em outras línguas nas quais pronomes gramaticalizaram-se em afixos.

Sobre o papel da frequência na gramaticalização, Bybee (2003) afirma que “uma das mais notáveis características dos morfemas gramaticais (...) e as construções nas quais eles ocorrem é a frequência textual extremamente alta, em comparação com os morfemas lexicais típicos”² (p. 602). A autora comenta ainda que um fator marcante no processo de gramaticalização é um aumento drástico na frequência do item/construção. O aumento da frequência, para ela, é não só um resultado da gramaticalização, “como também um contribuinte primário do processo, um princípio ativo que instiga as mudanças que ocorrem em gramaticalização” (BYBEE, 2003, p. 602).

Posicionamento análogo é encontrado em Company (2008) para análise de fenômeno semelhante no espanhol: a autora coloca a frequência de emprego de formas ou construções conservadora e inovadora como uma das variáveis que podem incidir em um canal de gramaticalização. Nas palavras de Company (2008), “quanto maior a frequência de emprego da forma inovadora, maiores possibilidades haverá de que esta se livre de restrições distribucionais, semânticas e contextuais originais e se generalize”³ (p. 30). Outra constatação interessante levantada pela autora e que pode ser aplicada ao caso do clítico *te* diz respeito à frequência das formas conservadoras; a maior frequência de formas conservadoras dificulta o avanço das formas inovadoras no canal de gramaticalização, visto que aquelas possuem respaldo estrutural da gramática. Pensando na representação pronominal de segunda pessoa do PB, podemos dizer que a forma inovadora *você* tem dificuldade de penetrar nas posições de objeto, pois nestas há a presença de uma forma “conservadora” que sempre apresentou alta frequência, desde o latim até o PB atual: o clítico *te* (ver dados estatísticos na seção 3).

A identificação de formas pronominais que passam a funcionar como afixos não é algo novo na literatura linguística. Lehmann (1985), ao tratar da gramaticalização da referência pronominal, propõe o seguinte *continuum*:

nome esvaziado lexicalmente	>	pronome pessoal livre	>	pronome pessoal clítico	>	afixo pessoal aglutinativo	>	afixo pessoal fusional
1		2		3		4		5

Esquema 01: Gramaticalização da referência pronominal (LEHMANN, 1985, p.309)

De acordo com a análise do autor, as formas pronominais à esquerda do polo são fracamente gramaticalizadas e atuam como anáforas textuais; as formas situadas no meio da escala tendem a servir de anáfora sintática; por fim, as formas que se encontram mais à direita do *continuum* geralmente funcionam como marcadores da concordância pessoal, “principalmente entre o verbo e seus actantes” (LEHMANN, 1985, p. 309).

A título de exemplificação, Lehmann (1985) menciona a evolução que se observa do latim para as línguas românicas quanto ao quadro pessoal: segundo ele, havia no latim

² Tradução nossa.

³ *Idem* nota 3.

pronomes pessoais livres (posição 2) e sufixos pessoais (entre as posições 4 e 5), ilustrados nos exemplos (07a) e (07b) respectivamente⁴:

- (07) a. *ego, tu, is* (“eu, tu, ele”)
b. *vide-o/-s/-t* (“eu vejo/ tu vês/ ele vê”)

O autor observa que “O conjunto de pronomes pessoais (...) tem perdido sua autonomia, em diferentes línguas e em diferentes graus” (LEHMANN, 1985, p. 310). Ao tratar especificamente do francês, ele afirma que, nesta língua românica, os pronomes pessoais tornaram-se *afixos pessoais aglutinativos* do verbo, figurando como prefixos:

- (08) *je* vois, *tu* vois, *Il* voit (“eu vejo, você vê, ele vê”)
(09) *moi, toi, lui* (“eu, você, ele”)

Lehmann (1985) ressalta ainda que os antigos sufixos pessoais latinos reduziram-se em maior grau em francês, “onde eles estão além do estágio 5 e à beira de extinção” (LEHMANN, 1985, p. 310). O autor acrescenta a isso, o fato de o francês ter criado um conjunto de pronomes pessoais livres pelo reforço fonológico de certas formas herdadas do latim citadas em (09). No entendimento do autor,

Isto significa que a distribuição de dispositivos na escala (...) que havia em latim está sendo restaurada em francês: embora as formas estruturais herdadas tenham se gramaticalizado, novamente temos pronomes pessoais livres e afixos pessoais, como se tinha em latim. (LEHMANN, 1985, p.310)

Outro exemplo de gramaticalização *pronome* > *afixo* é encontrado no espanhol. Company (2010), ao analisar a diacronia do objeto indireto nesta língua, verifica que, originalmente, o clítico dativo *le(s)* – participante da construção conhecida na literatura linguística como “redobro” ou “duplicação de objeto” – era uma estratégia pragmática por meio da qual se recolocava na predicação uma entidade já conhecida, importante dentro do discurso. Com a proximidade sintagmática entre o clítico e o objeto indireto na mesma construção e a dupla menção a um mesmo referente na oração enfraquecem a força anafórica de *le(s)*, de modo que este passou a funcionar como uma “anáfora fraca” (COMPANY, 2010, p. 50). A partir desse contexto original, engatilha-se o processo de gramaticalização, sintetizado pela autora:

A constante concorrência do clítico dativo e do objeto indireto na ordem não marcada V-OI desgastou o caráter pragmático-discursivo original da duplicação e a tornou uma estratégia gramatical para indicar simplesmente que um determinado verbo leva, em uma determinada oração, um argumento OI. O clítico *le(s)* é uma marca que anuncia ao falante-ouvinte que deve encontrar ou decodificar um OI na estrutural argumental. (COMPANY, 2010b, p. 51-52)

Dando prosseguimento ao estudo, Company (2010) chama a atenção ainda para o fato de, no espanhol atual, o objeto indireto plural duplicado poder aparecer ou não com a marca

⁴ Os exemplos (07)-(09) foram extraídos de Lehmann (1985, p. 309-310). Os grifos são nossos.

de número exemplificada em (10⁵). Segundo o raciocínio da autora, “é uma regra do espanhol que o pronome deve concordar em número com seu referente (...), se não concorda, o clítico já não tem (...) *status* de pronome” (COMPANY, 2010, p. 55):

- (10) “**Les dijeron a las mujeres** que era imposible encontrar los cuerpos”.
“El contrato es inexistente y en ninguna forma puede darle validez a **los contratos posteriores de compraventa**”.

A autora afirma que a perda de número é indicativa da despronominalização do clítico; por sua vez, a despronominalização é indicadora de que se operou a reanálise⁶ do pronome: o clítico dativo duplicador converteu-se “em um morfema de concordância objetiva do verbo, uma espécie de conjugação objetiva afixada ao verbo que antecipa a ocorrência de um OI” (COMPANY, 2010, p. 55). Por fim, o referido estudo pontua alguns passos importantes do processo de gramaticalização da estrutura duplicada do objeto indireto em espanhol. Dentre eles, podemos mencionar: discursivo > gramatical, optativo > obrigatório, conexão extraoracional > conexão intraoracional, pronome > não pronome, anáfora forte > anáfora quase fraca > anáfora fraca > marca de concordância objetiva.

Independentemente da nomenclatura e da proposta de análise, verificamos, através dos trabalhos mencionados em nosso estudo, que não constitui novidade a gramaticalização de formas pronominais em formas afixais. Tanto em francês como em espanhol, o processo de morfologização dos antigos pronomes latinos encontra-se em estágio avançado. Não nos parece impossível pensar, como propomos neste artigo, que o clítico *te* esteja passando pelo mesmo processo, encontrando-se apenas em um estágio menos avançado que as demais línguas românicas mencionadas.

Apresentamos, na próxima seção, alguns dados e resultados de pesquisas que observaram os usos do clítico *te* no PB em recortes diacrônico e sincrônico.

3. Análise dos dados

Embora a questão da mudança pronominal na segunda pessoa do singular registre vários estudos para a posição de sujeito, o mesmo não se verifica para as posições de objeto. O que encontramos, de maneira geral, são trabalhos pontuais, de caráter descritivo e sem aprofundamento de análise das estruturas envolvidas. Diante dessa constatação, partimos especificamente dos estudos diacrônicos de Brito (2001), Oliveira (2014) e Souza (2014), e da análise sincrônica de Oliveira Silva (2011).

⁵ Exemplos em (04) foram extraídos de Company (2010, p. 55). Os grifos são da autora.

⁶ O conceito de reanálise não é algo unânime na literatura linguística, como a própria autora discute em seu trabalho. Contudo, limitamo-nos a apresentar a definição da autora: “mudança no *status* funcional de uma forma ou construção sem que necessariamente se produza uma mudança na manifestação externa formal, fônica, da forma ou construção em questão. (...) supõe uma mudança no seu *status* categorial” (COMPANY, 2010, p. 37). A autora defende que a reanálise é um mecanismo da gramaticalização; esta pode se dar sem aquela, mas essa independência está submetida à *profundidade histórica* do fenômeno e à *amplitude diacrônica* dos dados examinados.

3.1. Estudos diacrônicos: cartas pessoais e peças teatrais dos séculos XIX e XX

No plano diacrônico, destacamos inicialmente a dissertação de Brito (2001), cujo objetivo central era investigar o “uso não uniforme” do pronome de 2ª pessoa em função de objeto, ou seja, a combinação de *você* com formas do paradigma de *tu*, em especial, a associação do clítico *te* à forma *você* na posição de sujeito. A autora utilizou como *corpora* de análise peças teatrais e cartas pessoais dos séculos XIX e XX. Brito (2001) constatou, através dos dados, que o uso não uniforme do pronome objeto de 2ª pessoa é condicionado por variáveis distintas a cada período.⁷ O gráfico a seguir ilustra seus resultados a partir da amostra de teatro e de cartas em diferentes períodos de tempo:

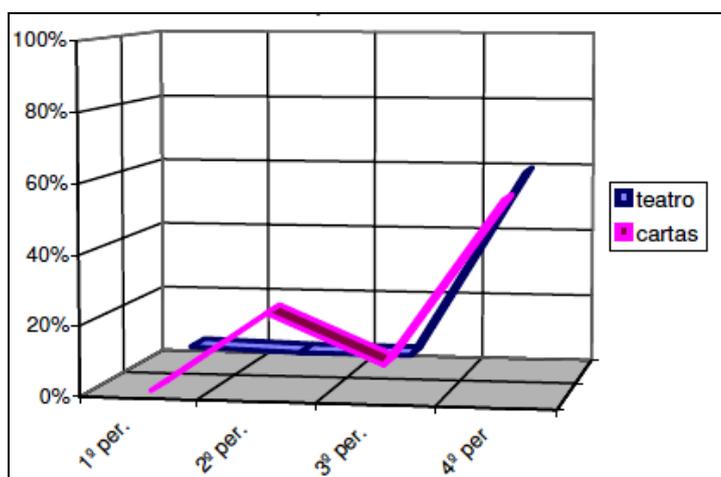


Gráfico 03: Porcentagens do uso não uniforme dos pronomes objetos de 2ª p. nos dois *corpora* (BRITO, 2001, p. 101)

É notável a ascensão do “uso não uniforme” no último período, no qual os valores são praticamente iguais nos dois *corpora*. No entanto, já se observa no gráfico que, na segunda metade do século XIX (2º período assinalado), há um índice próximo a 20% de ausência de uniformidade nos dados das cartas pessoais. É nessa época que se inicia o processo de substituição da forma *tu* por *você* na posição de sujeito, fato que foi observado por Biderman (1972-73 *apud* Monteiro, 1994 *apud* Brito, 2001) nas cartas de Machado de Assis. A falta de uniformidade pode ser vista, então, como uma consequência da inserção de *você* no quadro de pronomes do PB, visto que essa foi a forma que mais favoreceu o uso não uniforme dentre as demais estratégias de tratamento analisadas no referido trabalho.

Brito (2001) aponta como um fator motivador para o uso do *te* com *você*-sujeito a perda da informação gramatical de pessoa. Os clíticos *o/a* (objeto direto) e *lhe* (objeto indireto), formas originalmente de terceira pessoa do singular, deveriam ser empregadas, conforme apregoam as gramáticas normativas, quando ocorre *você* na posição de sujeito. Tal uso, contudo, que visa a manter uma uniformidade puramente formal, pode gerar uma ambiguidade semântica, haja vista que os clíticos mencionados também fazem referência às formas nominais e aos pronomes de terceira pessoa (*ele/ela*). No entendimento de Brito

⁷ A autora dividiu a amostra em quatro blocos: 1ª metade do século XIX, 2ª metade do século XIX, 1ª metade do século XX e 2ª metade do século XX.

(2001), a ambivalência dos clíticos *o/a* e *lhe* desfavorece-os como estratégia associada ao *você*-sujeito. Tal desfavorecimento evidencia-se pela utilização expressiva do clítico *te*, forma genuinamente de 2ª pessoa do singular.

A autora vai ao encontro da proposta de interpretar a forma *te* como um afixo de concordância. Segundo a mesma, a generalização da próclise que se observa no PB torna fixo o clítico ao verbo principal; como consequência, a forma *te* passa a atuar como um afixo que reflete a concordância com a segunda pessoa existente no sintagma-objeto.

Encontramos também, na perspectiva diacrônica, os estudos mais recentes de Oliveira (2014) e Souza (2014) que analisam a variação pronominal de 2ª pessoa nas posições de complemento. Oliveira (2014) analisou as variantes de complemento dativo (isto é, de objeto indireto, nos termos de Duarte, 2003) em 318 cartas pessoais de cariocas e fluminenses escritas ao longo de um século (1880-1980). Em seu levantamento, o autor identificou sete estratégias distintas para a referida posição sintática: o clítico original de segunda pessoa *te*, o clítico *lhe*, o dativo nulo (não realizado foneticamente), e os sintagmas preposicionados *a/para ti* e *a/para você*. Na tabela 2, correlacionam-se essas variantes dativas às formas pronominais verificadas na posição de sujeito em referência à 2P do singular nas cartas analisadas: a) uso exclusivo de *tu*; b) uso exclusivo de *você*; c) uso de *tu* ou *você* em variação na mesma carta; d) outras formas (*o senhor/a senhora*).

	Te	Zero	Lhe	a ti	para ti	a você	para você	TOTAL
Somente Tu	194 78,5%	35 14,2%	1 0,4%	12 4,9%	2 0,8%	2 0,8%	1 0,4%	247 30,4%
Tu e Você	184 70,2%	50 19,2%	7 2,7%	9 3,4%	1 0,4%	3 1,1%	8 3,0%	263 32,4%
Somente Você	85 30,9%	80 29,1%	75 27,3%	1 0,4%	-	16 5,8%	18 6,5%	275 33,9%
Outras Formas	1 3,7%	16 59,3%	9 33,3%	-	-	-	1 3,7%	27 3,3%
TOTAL	464 57,2%	181 22,3%	92 11,3%	22 2,7%	3 0,4%	21 2,6%	28 3,4%	811 100%

Tabela 2. Correlação entre o tratamento na posição de sujeito e as estratégias utilizadas como complemento dativo em cartas pessoais (1880-1980)
Fonte: Oliveira (2014, p.108)

Como indicam os índices percentuais acima, o clítico dativo *te* totalizou 57,2% de frequência, o que representa 464 dos 811 dados levantados pelo autor. Vale ressaltar que havia sete estratégias de realização em concorrência nessa posição de complemento e, ainda assim, a forma *te* foi predominante em mais da metade dos dados, “vencendo” as outras seis variantes. Além disso, como se pode notar na segunda coluna da tabela, o *te* foi a estratégia mais produtiva em três contextos diferentes na posição de sujeito: uso exclusivo de *tu* (78,5%), uso exclusivo de *você* (70,2%), e uso variável entre *tu* e *você* (30,9%). É digna de nota a alta produtividade desse clítico nos contextos chamados de “mistos”, ou seja, com variação entre *tu* e *você* na posição de sujeito: 184 dos 263 dados de dativo de segunda pessoa

coletados nesse tipo de documento. No que tange às cartas com uso exclusivo de *você* na posição de sujeito, embora haja maior equidade no percentual de frequência das variantes, o *te* foi mais recorrente também: 85 dos 275 dados levantados, o que corresponde à porcentagem em torno dos 30%, um índice muito significativo se lembrarmos de que esse não constitui o “ambiente morfossintático natural” de aparecimento do clítico.

Oliveira ressalta a aparente “imunidade” do clítico *te* às restrições morfossintáticas controladas na pesquisa:

Um fato curioso que pôde ser evidenciado na análise dessa variante foi sua “aparente imunidade” à estratégia utilizada na posição de sujeito. Isso significa dizer que, independentemente do subsistema de tratamento empregado nessa posição – exclusivamente *tu*, exclusivamente *você* ou mescla entre *tu* e *você* –, o clítico *te* ocorria e com produtividade relativamente alta em quase todas as amostras apreciadas, podendo combinar-se com o pronome *você*. (OLIVEIRA, 2014, p. 158)

No que diz respeito à função de acusativo (objeto direto), Souza (2014), ao analisar 521 cartas pessoais dos séculos XIX-XX, identificou oito estratégias de referência à 2ª pessoa como complemento acusativo: o clítico *te*, a forma lexical *você*, o clítico *o/a*, o clítico *lhe*, o objeto nulo (\emptyset), a forma *o senhor* e os sintagmas preposicionados *a ti* e *a você*. Estas três últimas formas, contudo, apresentaram somente um dado cada, fazendo com que a autora as descartasse nas rodadas subsequentes. A tabela 3 correlaciona os resultados de pronomes acusativos mais frequentes com as formas verificadas na posição de sujeito:

	Te	Você	o/a	Lhe	Zero	TOTAL
Somente Tu	168 94,4%	4 2,2%	2 1,1%	1 0,6%	3 1,7%	178 41,1%
Tu e Você	103 81,7%	6 4,8%	7 5,6%	6 4,8%	4 3,2%	126 29,1%
Somente Você	60 50,8%	19 16,1%	26 22%	10 8,5%	3 2,5%	118 27,3%
O senhor	-	-	4 100%	-	-	4 0,9%
Sem referência	6 85,7%	-	1 14,3%	-	-	7 1,6%
TOTAL	337 77,8%	29 6,7%	40 9,2%	17 3,9%	10 2,3%	433 100%

Tabela 3: Correlação entre o tratamento na posição de sujeito e as estratégias utilizadas como complemento acusativo em cartas pessoais (1880-1980)
Fonte: Souza (2014, p.97)

A primeira coluna separa as missivas em que o remetente tratava seu destinatário apenas por *tu*, apenas por *você*, por *tu~você* (ou seja, quando houve a alternância de tratamento dentro da mesma carta) e por *o senhor*. Em algumas cartas, não foi possível verificar o tratamento empregado na função de sujeito; dessa forma, a autora as denominou “sem referência”. Os dados de acusativo mostram que o clítico *te* foi a estratégia majoritária na amostra de cartas pessoais dos séculos XIX-XX, somando 77,8% das ocorrências. Além disso, é preciso ressaltar que esta estratégia foi a mais frequente, independente do tratamento utilizado na posição de sujeito, com exceção da forma *o senhor* (*tu*, 94,4%; *você*, 50,8%; *você/tu*, 81,7%, cartas “sem referência”, 85,7%). Tal resultado evidencia, assim como vimos com os resultados de dativo de 2P, que a forma *te*, na função acusativa, teria se generalizado na referência à 2ª pessoa. Ademais, destaca-se que até mesmo quando não há tratamento expresso na posição de sujeito (as cartas “sem referência”), o *te* é mais produtivo para se referir à 2P.

Além das altas frequências de *te*, seja como dativo seja como acusativo, em documentação produzida ao longo dos séculos XIX e XX, outras evidências referendam nossa hipótese da afixação do clítico *te* como marca de 2P. No estudo sobre as formas variantes de acusativo de 2P, Souza (2014) controlou a posição dos clíticos *te*, *lhe* e *o/a* em relação ao verbo predicador. O gráfico 4 exibe os resultados relativos à posição do clítico *te* em lexias verbais simples e nos complexos verbais:

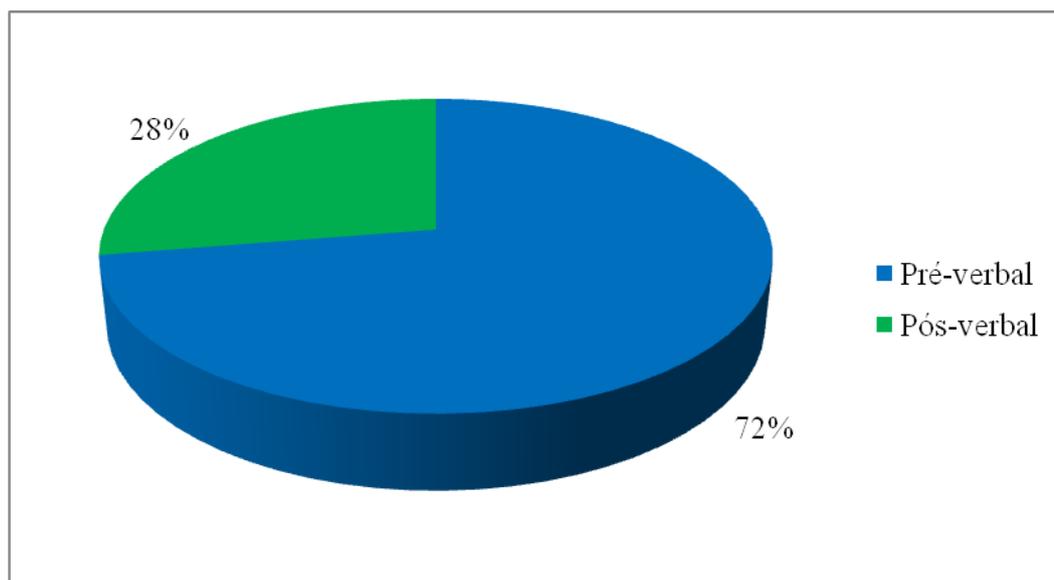


Gráfico 4: Posição do clítico *te* em lexias verbais simples e nos complexos verbais em cartas pessoais (1880-1980).
Fonte: Souza (2014, p.104)

Mesmo analisando material escrito produzido por remetentes ilustres no percurso de 100 anos, identificou-se o emprego recorrente do clítico *te* em posição pré-verbal (72%). A alta frequência de *te* proclítico nas cartas pessoais analisadas é mais uma evidência favorável à interpretação desse clítico como afixo no PB. Percebemos a perda da independência do *te* como uma forma clítica com o aumento de sua dependência prefixal em relação à forma verbal. O alto percentual de anteposição do clítico na escrita de missivistas brasileiros evidencia, portanto, uma liberdade sintática bastante restrita: o *te* estaria perdendo sua mobilidade em relação ao verbo, característica marcante dos clíticos. Tal fato revela a atuação

do princípio da *de categorização* nos processos de gramaticalização como discutem Heine (2007) e Hopper (1991). O princípio prevê perdas de propriedades morfológicas e sintáticas da categoria original que não são relevantes para o seu novo uso. Heine (2007) afirma que a *de categorização* tende a ser acompanhada por uma perda gradual de independência morfológica e sintática na medida em que uma forma livre passa a funcionar como um clítico ou esse último como afixo.

Os dois estudos apreciados nesta seção serviram para comprovar que: i) o clítico *te* sempre apresentou – pelo menos desde o século XIX – alta recorrência na expressão dos complementos verbais, na maioria dos casos, em posição proclítica ao verbo; ii) essa recorrência se manteve mesmo quando o pronome-sujeito *tu* começou a perder espaço no sistema linguístico do PB para a forma *você*; iii) a dita “quebra da uniformidade de tratamento” não se trata de algo atual, podendo ser registrada já em dados do século XIX e mesmo antes, como mostrou Marcotulio (2010) nas cartas do Marquês do Lavradio do século XVIII; iv) a ambivalência dos demais clíticos pronominais (*o/a, lhe*), isto é, a possibilidade destes se aliarem a pronomes de 2ª e 3ª pessoa do singular, é um fator que desfavorece seus usos frente ao clítico *te*, que sempre indicou tão somente a 2ª pessoa do singular.

Cabe destacar que tal comportamento fixação do clítico *te* na posição prefixal não se restringe a dados diacrônicos, mas se faz notar em amostras sincrônicas do PB como contemplaremos a seguir.

3.2. Estudo sincrônico: análise de roteiros de cinema do século XX-XXI

Também com dados sincrônicos os resultados são bastante semelhantes ao que foi estudado na diacronia. No estudo de Oliveira Silva (2011), feito com base em roteiros cinematográficos produzidos em três metrópoles brasileiras (Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), a autora comprova a alta frequência do clítico *te* seja como acusativo seja como dativo. A tabela a seguir, adaptada de Oliveira Silva (2011, p. 27), mostra a distribuição geral dos dados levantados a partir dos 13 roteiros estudados:

2ª Pessoa	TE	LHE	VOCÊ	PARA VOCÊ	A VOCÊ	PARA TI	TOTAL
Acusativo	151 81,2%	4 2,2%	31 16,7%	-	-	-	186 33,5%
Dativo	215 83%	16 6,2%	-	25 9,7%	1 0,4%	2 0,8%	259 46,6%
Total	366	20	31	25	1	2	445

Tabela 04: Distribuição das estratégias de complemento verbal em roteiros cinematográficos
Fonte: Adaptado de Oliveira Silva (2011, p. 27)

Os resultados apresentados por Oliveira Silva (2011) ratificam o que foi constatado por Lopes e Cavalcante (2011) e Brito (2001). Nos roteiros de cinema, a autora constatou o predomínio quase absoluto do clítico *te* sobre as demais estratégias. Como acusativo, o clítico atingiu mais de 81% de frequência, seguido por apenas 16,7% de *você* e 2,2% de *lhe*. No dativo, os percentuais também são bastante altos: 83% para *te* contra 9,7% de *para você*.

Na distribuição regional feita pela autora, houve o uso majoritário do clítico *te* como acusativo e como dativo independentemente da procedência dos roteiros como ilustram os dois gráficos a seguir:

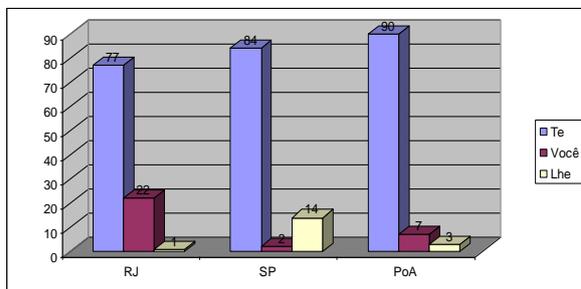


Gráfico 04: Correlação entre as estratégias de complemento verbal acusativo e as localidades

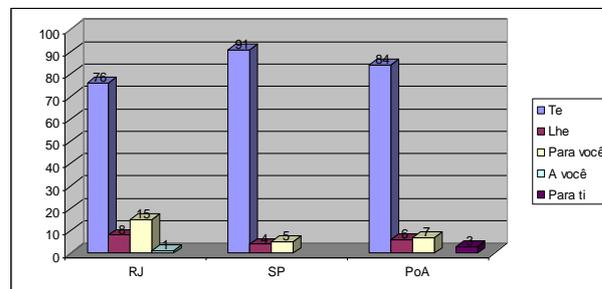


Gráfico 05: Correlação entre as estratégias de complemento verbal dativo e as localidades

Fonte: Oliveira Silva (2011)

É preciso advertir que as três localidades apresentam sistemas de tratamento distintos na posição de sujeito. No Rio de Janeiro, coexiste *tu* e *você* nessa posição. Em São Paulo, o uso de *você* é quase categórico e, em Porto Alegre, o emprego de *tu* é majoritário. Independentemente da diversidade de comportamento na posição de sujeito, nos diferentes roteiros produzidos e representativos dessas cidades, não notamos um comportamento diatópico distinto quanto ao complemento verbal. Apesar de uma leve presença das outras estratégias de acusativo e dativo, o clítico *te* reina absoluto com percentuais acima de 70% em todas as localidades, assumindo-se como o complemento verbal mais recorrente.

4. Discussão final dos resultados: frequência do clítico *te* e gramaticalização

Esses resultados podem ser analisados sob um enfoque funcionalista da mudança linguística por gramaticalização. Defendemos com Bybee (2003) e Company (2008, p. 30) que existe uma relação direta entre frequência de uso de formas ou construções e gramaticalização, por assumir que a gramática codifica o que os falantes mais empregam. Formas inovadoras muito produtivas se generalizam para contextos não previstos porque perdem as restrições distribucionais, semânticas e contextuais originais. Por outro lado, quanto mais produtiva é a forma conservadora, como é o caso do clítico *te*, mais “dificuldade a forma inovadora (*você*) terá de avançar no canal da gramaticalização” dos complementos de segunda pessoa (COMPANY, 2008, p. 30). A alta frequência do *te* em posição proclítica, mesmo na produção escrita de brasileiros ao longo séculos XIX e XX, foi o gatilho da *decatégorização* de um clítico que se fixa em determinada posição perdendo, assim, sua liberdade morfossintática.

Temos evidências desses princípios nos resultados de pesquisa levantados. A forma *você* se implantou no sistema na função de sujeito. Tal posição estava, de certa forma, desocupada pelo fato de o português ser, até os séculos XIX-XX, uma língua de sujeito nulo com as desinências verbais indicando a pessoa gramatical do sujeito. Nesse contexto, a nova forma pronominal não teve obstáculos para sofrer desbotamento semântico, perdendo o sema de cortesia, e sofrer erosão fonética (*Vossa Mercê* ~ *Vosmicê* ~ *você*). Assim, se generalizou

ao disputar espaço com o sujeito *tu*-nulo nos seus contextos funcionais típicos [-formal; + íntimo]. Nos complementos, entretanto, a nova forma gramaticalizada *você* foi bloqueada pela alta produtividade do complemento *te* do paradigma original de segunda pessoa. Nessa posição sintática, a forma conservadora (*te*) se manteve com o apoio estrutural da sua posição proclítica de adjacência ao verbo e por seu caráter eminentemente dêitico. Em tal contexto, o clítico *te* se fixou passando a funcionar como um afixo marcador da 2ª pessoa. Diferentemente dos clíticos de 3ª pessoa (a “não-pessoa” anafórica), que sofreram desuso generalizado no PB, os clíticos de 1ª e 2ª pessoas mantiveram-se por carregarem necessariamente o traço de [falante] e [destinatário], conforme Rocha (2010, p. 105) defende.

O clítico *te*, como demonstram os resultados citados, sempre teve, desde os primeiros textos em português, alta produtividade de uso. Primeiramente, marcava somente a função acusativa, mas se estendeu por uma homonímia motivada foneticamente à função dativa. A forma *te* acabou por se especializar, nos termos de Hopper (1991), como marca número-pessoal do objeto, sofrendo *decatégorização* na medida em que perde sua mobilidade sintática.

Outros fatores podem ter sido favorecedores dessa manutenção do clítico *te* no novo paradigma supletivo de 2ª pessoa que se formou. Em primeiro lugar, como mencionado, o acusativo e o dativo de 2ª pessoa apresentam o mesmo *output* fonético: *eu te vi* (acusativo) e *eu te envie* Ø (dativo); isso pode ter motivado a automação da sequência estrutural (*te-Verbo*) como uma única unidade de processamento. Teríamos assim a ritualização de um tipo de construção muito frequente e mais integrada na língua. Vimos, nos resultados apresentados, índices acima de 80% de frequência nas duas funções tanto nas amostras diacrônicas de cartas e de peças teatrais, quanto nas amostras sincrônicas dos roteiros de cinema de diferentes localidades brasileiras (RJ, SP e PoA).

A identificação do conceito de frequência em nossa análise (HEINE, 2003) não se constitui apenas como uma ferramenta metodológica para acompanhar os progressos da mudança linguística, mas representa uma abordagem teórica que ajuda a delinear a configuração da gramática, evidenciando “a estabilidade ou instabilidade diacrônica das formas conservadora e inovadora.” (cf. COMPANY, 2008, p. 32) Nesse sentido, há outras evidências que referendam tal posição. Se, por um lado, a frequência leva à generalização de uma estrutura automática afixando o clítico *te* como marcador de pessoa, por outro, padrões morfofonêmicos produtivos, como é o caso do fenômeno aqui analisado, podem também levar à opacidade da forma, o que provocaria, em alguns dialetos, construções de redobro do tipo “Eu *te* falei *pra você*”. Tal uso seria mais um argumento favorável à hipótese de que o clítico “afixado” se despronominalizou. Como discutido na seção 2, o clítico *te* converteu-se “em um morfema de concordância objetiva do verbo”, antecipando nessas construções de redobro a marca de pessoa do objeto (direto ou indireto) na forma lexical do pronome⁸.

⁸ Para maiores informações sobre a reanálise do clítico *me* e *te* como redobro, ver o artigo de Machado Rocha (2011, p. 105-129).

The frequency and the delineation of grammar: the affixation of the clitic *te* in Brazilian Portuguese

ABSTRACT: This study discusses how the high productivity of the clitic *te* in Brazilian Portuguese can be interpreted as a case of grammaticalization. In order to do so, we used synchronic and diachronic data of Brazilian Portuguese about the uses of second person singular pronouns in their accusative and dative functions and we resorted to the theoretical principles of grammaticalization. The hypothesis is that the high frequency of the clitic *te* favored the automation of the structure as a mark of the 2nd person singular. It is argued that this automation, on the one hand, would be displacing the form *te*, a continuum of grammaticalization, from clitic category to affix category and, on the other hand, it could lead to their semantic opacity, generating the doubling constructions.

Keywords: grammaticalization; clitic *te*; accusative and dative complements

Referências

BARCIA, Lucia Rosado. As formas de tratamento em cartas de leitores oitocentistas: peculiaridades do gênero e reflexos da mudança pronominal. Dissertação em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, UFRJ, 2006.

BIDERMAN, Maria Teresa Camargo. Formas de Tratamento e Estruturas Sociais. *Alfa*. São Paulo: FFCL de Marília, N° 18/19, p. 339-381. 1972-1973.

BRITO, Onilda Regina Marchioni de. “Faça o mundo te ouvir”. *A uniformidade de tratamento na história do português brasileiro*. Dissertação de Mestrado em Letras, Estudos da Linguagem. Londrina: UEL. 2001.

BYBEE and HOPPER. Frequency and the emergence of linguistic structure. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

BYBEE, J. Mechanisms of Change in Grammaticization: the role of frequency. In: JOSEPH, B. & JANDA, R. D. (eds). *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003, p. 602-623.

CAMARA JR., J. M. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CINTRA, Luís F. Lindley. *Sobre “Formas de Tratamento” na língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte/Coleção Horizonte 18. 1972.

COMPANY, C. C. Gramaticalización, Género discursivo y otras variables en la difusión del cambio sintáctico. In: KABATEK, J. (ed.). *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico*: Nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert (=Lingüística Iberoamericana 31), 2008, p. 17-52.

COMPANY, C. C. Reanálisis, ¿mecanismo necesario de la gramaticalización? Una propuesta desde la diacronía del objeto indirecto em español. In: *Revista de Historia de la lengua española*, 5. Madrid: Editorial Arco/Libros, S.L. e AHLE, 2010, p.35-66.

COUTINHO, Ismael. de Lima. *Gramática Histórica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1972.

DUARTE, Inês. Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras. Em Maria Helena Mira Mateus *et al.* *Gramática da língua portuguesa*, 5ª ed, Lisboa, Caminho: 275-320, 2003.

DUARTE, Maria Eugenia L.. *A perda do princípio 'Evite pronome' no português brasileiro*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, IEL. 1995.

FARACO, Carlos Alberto. O tratamento *Você* em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta*. Curitiba: N° 13, Editora da UFPR, p. 51-82. 1996.

FARIA, Ernesto. *Gramática Superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

HEINE, B. *et alii.* *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

HEINE, . Grammaticalization. In: JOSEPH, B. & JANDA, R.D. (ed.) *The Handbook of historical linguistics*. Blackwell Publishing Ltd., 2003.

HEINE, B. and KUTEVA, T. *The Genesis of Grammar. A Reconstruction*, New York, Oxford University Press, 2007.

HOPPER, P. J. On some principles of grammaticization. In.: TRAUGOTT, E.C. e HEINE, B. (eds.). *Approaches to grammaticalization*. Volume I, Philadelphia, John Benjamins Company, 1991.

LEHMANN, C. Grammaticalization: Synchronic Variation and Diachronic Change. In: *Lingua e Stile* a. XX, 3, 1985, p. 303-318.

LOPES, C. R. dos S.. *A inserção de 'a gente' no quadro pronominal do português*. 1ª ed., Frankfurt/Madri: Vervuert/Iberoamericana, Volume 18. 2003.

LOPES, C. R. dos S.; CAVALCANTE, S. A cronologia do voceamento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e retenção do clítico-te. *Revista Lingüística*, Madrid, v.25, p.30 – 65, 2011. Disponível em: http://www.linguisticafal.org/25_linguistica_030_065.pdf

MACHADO, Ana Carolina Morito. “As formas de tratamento no teatro brasileiro e português dos séculos XIX e XX”. Tese (Letras (Letras Vernáculas)) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sem bolsa. Rio de Janeiro, 2011.

MACHADO, Ana Carolina Morito. A implementação de “Você” no quadro pronominal: as estratégias de referência ao interlocutor em peças teatrais no século XX, Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/ UFRJ, 2006.

MACHADO ROCHA, Ricardo. A reanálise dos clíticos me e te em estruturas de redobro pronominal no dialeto mineiro. (2011) *Caligrama*, Belo Horizonte, v.16, n.2, p. 105-129.

MARCOTULIO, Leonardo Lennertz . *Língua e História: o 2 marquês do Lavradio e as estratégias linguísticas da escrita no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ítaca Comunicações, 2010. v. 1. 215p.

NUNES, J. J. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa – fonética e morfologia*. 8. ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1987.

OLIVEIRA, Thiago Laurentino de. *Entre o Linguístico e o Social: Complementos Dativos de 2ª pessoa em Cartas Cariocas (1880-1980)*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Faculdade de Letras/UFRJ, 2014.

OLIVEIRA SILVA, Daniele de. *A expressão pronominal do acusativo e do dativo na segunda pessoa no português brasileiro: análise de roteiros cinematográficos*. Dissertação de Mestrado em Linguística Românica. Universität Tübingen, 2011.

RUMEU, Marcia Cristina de Brito. *Para uma História do Português no Brasil: Formas Pronominais e Nominiais de Tratamento em Cartas Setecentistas e Oitocentistas*. Dissertação em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, UFRJ, 2004.

RUMEU, Marcia Cristina de Brito. *A implementação do 'Você' no Português Brasileiro Oitocentista e Novecentista: Um estudo de painel*. Tese de doutorado (Letras (Letras Vernáculas)) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2008.

SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

SOUZA Janaina Pedreira Fernandes de. *Mapeando a entrada do Você no quadro pronominal: análise de cartas familiares dos séculos XIX-XX*. Dissertação (Letras (Letras Vernáculas)) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, Camila Duarte de. *Eu te amo, eu lhe adoro, eu quero você: a variação das formas de acusativo de 2ª pessoa em cartas pessoais (1880-1980)*. Dissertação (Letras (Letras Vernáculas))/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

WILLIAMS, E. B. *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Trad. Antônio Houaiss. 6. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

Data de envio: 16/05/2013

Data de aprovação: 11/11/2013

Data de publicação: 15/04/2014